



Atendimento Educacional Especializado e as tecnologias contribuindo para a aprendizagem dos surdos

Rose Madalena Pereira da Silva¹

Página | 321

¹Pedagoga, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas PPGE/CEDU. rosemadalenag11@gmail.com.

RESUMO: A educação inclusiva vem sendo discutida e firmando-se no âmbito internacional e na legislação brasileira traçando caminhos para que tenhamos uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Todo contexto desenvolvido no artigo teve como objetivo analisar a relação entre a utilização de recursos tecnológicos a partir da sala de recursos multifuncionais e a aprendizagem dos estudantes surdos na sala de aula regular em uma escola pública municipal de Alagoas. O tema é pertinente, considerando que vivemos em uma sociedade na qual a tecnologia se torna cada vez mais presente na vida das pessoas e mais acessível a todos e para todos. Diante do fato, foi coerente buscar respaldo teórico em Werneck (1997), Ausubel e cols (1980), González (2002), Sancho (2006) documentos oficiais entre outros, além de pesquisa de campo com estudo de caso para detectar até que ponto a tecnologia assistiva presente no ambiente escolar associada à metodologia diferenciada na sala de recursos multifuncionais promove a inclusão e a aprendizagem significativa de estudantes com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular, neste caso os estudantes surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, recursos tecnológicos, conhecimentos.

ABSTRACT: Inclusive education has been discussed and establishing itself internationally and laws and regulations outlining ways for us to have a quality education for all, even for those in need of Educational Service Specialist (ESA). Every context developed in the paper aimed to analyze the relationship between the use of technological resources from the multifunction capabilities room and the learning of deaf students in the regular classroom in a public school of Alagoas. The theme is relevant considering that we live in a society in which technology becomes ever more present in people's lives and more accessible to all and for all. Before the fact, was consistent look for theoretical support in Werneck (1997), Ausubel et al (1980), González (2002), Sancho (2006) official documents among others, as well as field research with case study to detect the extent to which assistive technology present in the school environment associated with different methodology in the multifunction capabilities, which promotes the inclusion and meaningful learning of students with special educational needs in the regular classroom, in this case the deaf students.

KEYWORD: Inclusion, technological resources, knowledge.

INTRODUÇÃO

A escola comum só passa a se tornar inclusiva quando reconhece as diferenças dos estudantes diante dos processos educativos e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é rápida nem tão pouco costumeira a adoção dessas novas práticas, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola passe a ser efetivamente um lugar de inclusão, se faz necessário a atualização e o desenvolvimento de novos conceitos, assim como a ressignificação de práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. Diante deste contexto relatado, o artigo tem como objetivo analisar a relação entre a utilização de recursos tecnológicos a partir da sala de recursos multifuncionais e a aprendizagem dos estudantes surdos na sala de aula regular. O *locus* da pesquisa foi uma escola da zona urbana do município de União dos Palmares.

Este trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de campo, pois é cada vez mais urgente a investigação acerca da educação inclusiva nas escolas regulares. Destarte, trata-se de um texto crítico baseado na leitura de vários livros e enriquecido pela investigação por meio de observação direta e registros, além de conversa informal com a equipe escolar.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RESGATE HISTÓRICO E A LEGISLAÇÃO

A educação inclusiva rompe com o conservadorismo das escolas e nos faz perceber a emergência em se adotar formas de incluir na escola regular estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. A inclusão a cada dia tem sido discutida tanto no campo internacional como no nacional, pois o objetivo é a proscricção dos efeitos da exclusão de pessoas com necessidades especiais em diversos ambientes, principalmente, o escolar no qual a inclusão tem buscado se efetivar.

Ao pesquisar a inserção de crianças especiais na escola regular em um contexto mundial, é apresentado que a questão sobre inclusão teve início nos anos 60 na França, porém a educação inclusiva para todas as crianças neste país se estabeleceu em 1984. Nos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 e 1980, os estudantes com necessidades especiais passaram a estudar em turmas regulares. Em 1986 neste mesmo país foi apresentada a iniciativa de Educação Regular (REI), que tinha como objetivo promover

meios que permitissem o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais (PNEES) na sala de aula regular, situação que ganhou impulso no ano de 1990.

Na Itália, esta questão ganhou movimento com a implementação de duas leis: uma em 1971, declarando o ensino em salas de aula regular para estudantes com necessidades especiais, com exceção dos casos que apresentassem uma carência profunda; e outra em 1977 que estabelecia a inclusão de todas as crianças na escola normal.

No âmbito nacional, as discussões sobre inclusão surgiram entre os anos de 1960 e 1970, ganhando espaço em 1986, com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Em um cenário atual, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), é a responsável pelas políticas públicas de inclusão nas escolas públicas brasileiras. A SECADI disponibiliza apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização (MEC, 2008). As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DCNEEEB/2001), também fazem parte do esforço para ter toda criança na escola e uma escola de qualidade para todos. Outros documentos reafirmam a importância da inclusão na sala de aula regular dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no qual ressalta a inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A partir deste histórico é perceptível que a educação inclusiva no Brasil se consolida a partir de 2008 onde foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial e ela surge com preceitos de uma escola em que cada estudante tem a possibilidade de aprender a partir de suas aptidões e capacidades.

A educação inclusiva rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas questionando a permanência de modelos padronizados de estudantes para a escola regular. Toda discussão legal da inclusão inicia-se na Constituição Federal 1988 onde afirma que “a educação como direito de todos, dever do Estado e das famílias”; ganhando suporte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB/96, na Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Res. 2/01), que constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Parece não ser apenas necessário que a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais esteja assegurada por leis, torna-se visível que sua aplicabilidade efetiva ainda está longe de ser alcançada, pois não basta garantir nas escolas, as matrículas

de alunos especiais no ensino regular e fazer adaptações na estrutura física das escolas, mas, sim dar as condições necessárias de atendimento escolar. Partindo desta compreensão Werneck (1997), nos diz que em 1979, no México, foi documentada pela primeira vez a busca por uma escola voltada para o atendimento a todos. A partir desse fato surgiram vários documentos, entre eles a Declaração de Salamanca* através da qual, a inclusão no campo educacional ganha força. Onde tal declaração atenta para:

[...] as escolas se ajustem às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam suas condições físicas, sociais e linguísticas, incluindo aquelas que vivem nas ruas, as que trabalham, as nômades, as de minorias étnicas, culturais e sociais, além das que se desenvolveram a margem da sociedade. (WERNECK, 1997, p.50).

Sob essa perspectiva percebe-se que há necessidade de investimentos tanto no aspecto físico das instituições escolares quanto na conscientização e capacitação das pessoas, para que todos os aspectos voltados para a inclusão se concretizem, dando suporte aos sujeitos com necessidades especiais, não só perante o âmbito escolar como também na sociedade. Desta forma, busca - se a garantia de acabar com toda forma de preconceito, isolamento e marginalização das pessoas com necessidades especiais, no entanto, sua aplicabilidade ainda não foi efetivamente alcançada.

TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na escola fez com que ela que até pouco tempo trabalhava com informações escassas, buscando transmitir conteúdos, passasse a se defrontar com o desafio de constituir-se em um local de significativas aprendizagens mediadas pelo uso das tecnologias e, agora, a tarefa fundamental dela é a de trabalhar a informação de forma mais abrangente, inclusiva, colaborativa/interativa entre os pares e as tecnologias.

É notório que o uso das TIC na educação é resultado do avanço em todos os campos do saber. Se hoje há indicativos de que o uso delas na educação é um processo irreversível, uma das preocupações precisa ser a de questionar sobre de que forma devemos utilizá-la e criar estratégias pedagógicas alternativas na maneira de como seu uso pode favorecer a aquisição de novos conhecimentos e consequentemente

*Declaração de Salamanca- UNESCO, 1994- Carta para o Terceiro Milênio- Reabilitação Internacional: Decreto nº3. 298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853.

aprendizagem significativa? Nesta direção, a teoria de Ausubel e cols (1980) nos fala que a aprendizagem significativa é “um processo no qual uma nova informação é relacionada a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo”. Partindo desta compreensão, a prática pedagógica se modifica com a utilização desses recursos e busca contribuir no processo ensino aprendizagem dos sujeitos ditos normais e dos que apresentam necessidades educacionais especiais, isto nos faz refletir também sobre a existência de uma nova consciência do ensinar e do aprender. Nesta perspectiva, González (2002) nos apresenta que, a introdução das TIC nas escolas, em diferentes áreas do currículo, deve promover um nível satisfatório de autonomia preparando os estudantes para se integrarem em seu meio sociocultural e, também, no mundo do trabalho.

A concepção da aprendizagem como um processo ativo permite a construção pelos estudantes do seu próprio conhecimento e de suas capacidades, mediadas por intervenções para que possam descobrir e explorar. Contudo, o acesso às tecnologias não acontece simplesmente com a instalação dos laboratórios ou das salas de recursos multifuncionais bem equipadas, mas pela necessidade de mediação dos professores, por meio do desenvolvimento de hábitos e saberes docentes para trabalhar, acessar e interagir com essas tecnologias no cotidiano escolar.

No que se refere a este aspecto, Sancho (2006) destaca que:

A principal dificuldade para transformar os contextos de ensino com a incorporação de tecnologias diversificadas de informação e comunicação parece se encontrar no fato de que a tipologia de ensino dominante na escola é a centrada no professor. (SANCHO, 2006, p.19).

Na perspectiva desse avanço, acredita-se que é importante o aprofundamento nas formas de observação das práticas pelas quais os atores da escola estão interagindo e se relacionando cotidianamente com essas novas tecnologias. Portanto, a tecnologia passou a influenciar a construção do ambiente educativo por estabelecer mudanças que vão desde a parte administrativa até mudanças nas relações que acabam envolvendo não só seus grupos internos, mas também pais e comunidade, e a partir do uso das tecnologias, a escola poderá cumprir seu papel social no sentido de aquisição, de construção e reconstrução dos conhecimentos na busca da inserção de todos como cidadãos nas práticas sociais e nas relações sociais. Para González (2002),

As respostas das tecnologias para a diversidade deverão ser contempladas como uma via de acesso à participação dos sujeitos na construção de seu conhecimento e cultura para poderem escolher uma vida independente e autônoma. (GONZÁLEZ, 2002, p. 184).

A fala acima nos revela que mesmo com as necessidades educacionais dos sujeitos no espaço escolar, eles não devem ser privados do acesso e participação nas formas variadas oferecidas pela escola para que se apropriem de novos conhecimentos e possam ter uma vida “normal”.

A EXPERIÊNCIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SURDOS COM O AUXÍLIO DAS TECNOLOGIAS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UNIÃO DOS PALMARES

O debate sobre a educação inclusiva vem sendo ampliado. É tema de investigação analisar como ela está sendo desenvolvida em uma escola municipal em União dos Palmares/AL, pois nem sempre o progresso dos conhecimentos significa uma melhora no bem-estar dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola. Se faz necessário conhecer os objetivos propostos nas atividades desenvolvidas com eles, os meios empregados e os resultados obtidos na busca de garantir o acesso, a participação e aprendizagem de todos os estudantes nas escolas efetivando uma nova cultura de valorização das diferenças. A este respeito, Aranha nos provoca a reflexão

Tanto a integração como a inclusão propõem a inserção educacional da criança com deficiência, só que a inclusão o faz de forma mais radical, completa e sistemática, pois caracteriza-se como um processo bi-direcional, que prevê intervenções do lado do desenvolvimento do sujeito, mas ressalta a importância dos reajustes na sociedade (Aranha, 2001, p.24).

Nesta perspectiva, surge em 17 de setembro de 2008 o Decreto nº.6.571, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, ele destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB ao AEE de alunos com deficiência seja ela transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular e nas salas de AEE concomitante, conforme registro no censo escolar. Agindo conforme a lei, a Escola Municipal Filomena Medeiros localizada no município de União dos Palmares/AL com um número de 25 professores e aproximadamente 380 alunos apresenta uma proposta significativa de inclusão utilizando a tecnologia assistiva na sala de recursos

multifuncionais que é organizada com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos (microcomputadores com mouses, monitores, fone de ouvido, scanner, impressora laser e teclado) para o atendimento dos estudantes público alvo da educação especial no caso desta instituição, os alunos surdos. Eles participam das aulas na sala de recursos multifuncionais em turno contrário à escolarização em sala de aula regular.

O trabalho é desenvolvido com 03 alunos surdos, sendo 1 do 8º ano com idade de 15 anos e 2 do 9º ano com idade entre 15 e 17 anos. A rotina diária deles é de duas horas de AEE na sala de recursos multifuncionais e quatro horas na sala de aula regular. Na sala de recursos multifuncionais, eles desenvolvem atividades que auxiliam as tarefas da sala de aula em todas as disciplinas e aprendem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a língua da comunidade ouvinte passando a adquirir o bilinguismo.

O acompanhamento é realizado por um professor e intérprete que não é especializado em Educação Inclusiva, mas domina a LIBRAS e interage com os alunos surdos. Nos momentos de estudo na sala de recursos multifuncionais, os alunos podem aprender através do gestual, desenhos, vídeos e a partir da própria conversação que é desenvolvida naquele espaço, todo este trabalho se dá através dos recursos tecnológicos como os computadores com os programas próprios para o trabalho com a língua de sinais e vídeo. É neste contexto que surgem as metodologias ativas de aprendizagem, pois eles visualizam apresentações musicais, dramatizações e desenvolvem as habilidades da linguagem gestual e a LIBRAS, elas requerem uma mudança de atitude do professor, inclusive, quando aborda a flexibilização diante das questões que surgirão e dos conhecimentos que se construirão durante o desenvolvimento dos trabalhos.

O foco do AEE na escola é colocar o aluno como protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, a escola busca desenvolver a elaboração de planos de trabalho em articulação com o PPP onde a Educação Inclusiva não é um tópico a parte, mas faz parte das discussões que visam o progresso dos alunos, inclusive, os “especiais”. Desta forma, reconhecer as reais necessidades e habilidades dos estudantes surdos naquela unidade de ensino possibilita que um plano de atendimento possa ser traçado e quais recursos são mais significativos para este trabalho. A tabela a seguir nos mostra como os recursos tecnológicos que potencializam a aprendizagem dos estudantes surdos são utilizados na escola.

	Privilegiar	Evitar
METODOLOGIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudas animadas para a explicação do funcionamento do sistema de leitura e escrita; - Uso de língua de sinais (LIBRRAS); - Ícones; - Textos pequenos; - Mensagens de forma gráfica; - Animações; - Filmes; -Vídeo colorido com boa resolução. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudas auditivas; - Textos muito longos; - Gírias; - Palavras pouco utilizadas; - Som; - Alto-falante; - Microfone.

A utilização destas ferramentas descritas na tabela precisa ser desenvolvida para que os alunos se sintam coparticipes do processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que é extremamente necessário novos encaminhamentos no que diz respeito à inserção de estudantes especiais nas salas de aula regulares, pois a terminalidade específica dos níveis de ensino precisam ser constantemente indagados. A escola tem um papel significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social dos sujeitos, mas também para sua saúde psíquica, pois ela é o primeiro espaço social promotor de separação entre o indivíduo e a família, estabelecendo um importante elo com a cultura. Sendo a educação de boa qualidade, um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico e social de um país, priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por nossa sociedade para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos. É nessa perspectiva, que se destaca a importância de estudos sobre a escola inclusiva enquanto contexto de desenvolvimento significativo não apenas para as sujeitos que apresentam alguma necessidade educacional especial, mas também para os não deficientes, pela possibilidade da convivência com a diversidade e do estímulo a posturas cidadãs.

REFERÊNCIAS

1. AUSUBEL, D., NOVAK, J. D., & HANESIAN, H. (1980). **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Interamericana.
2. BRASIL - Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF [s. n.], 1988.
3. _____ – Lei n.º. 9.394, de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
4. _____ - *Decreto nº 6.571,17 de setembro de 2008, que dispõe sobre atendimento educacional especializado nas escolas públicas e nas instituições especializadas*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em 10/10/2015.
5. GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
6. SANCHO, J. M. **De tecnologias da informação e comunicação a recursos educativos**. In: Juana Maria Sancho et al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
7. WERNECK, C **Ninguém Mais Vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA.1997.